



**CURSO DE GESTÃO URBANA E FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA
(GESTÃO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS)**

Área Temática: Trabalho

Clovis Schmitt Souza¹
Cleber Ori Cuti Martins²
Flávia Regina Oldoni³

Palavras-chave: Política pública, Participação, Comunidade local, Gestão.

Resumo

O projeto de extensão Curso de Gestão Urbana e Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas (Gestão Local e Políticas Públicas) está estruturado por quatro módulos de debate em formato de curso. Suas ações estão voltadas para participação de profissionais da gestão pública (prefeituras, câmaras municipais e demais órgãos públicos), estudantes e comunidade local a fim de auxiliar no processo de construção de políticas públicas na esfera local. O projeto se desenvolve de abril a dezembro de 2013, analisando o papel das políticas públicas e enquanto fator de solução de problemas, destacando o embate em torno de ideias e interesses, levando em conta, também, o papel dos governos enquanto indutores das políticas. O processo de formulação das políticas públicas, assim, está ligado à conversão, pelos governos, de

1 Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim – RS. Professor do assistente do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Erechim*. E-mail: clovis_sm@yahoo.com.br

2 Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim – RS. Professor do Curso de na Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Erechim* UFFS. E-mail: cleberocm@yahoo.com.br

3 Acadêmica do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim – RS. Bolsista do projeto de extensão Curso de Gestão Urbana e Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas (Gestão Local e Políticas Públicas). Órgão de fomento: UFFS. E-mail: flaviaregina_oldonimsn@hotmail.com.

intenções em programas e ações. Há, portanto, um processo complexo de definição das políticas públicas, envolvendo o papel do governo, os grupos de interesse e grupos sociais organizados e mobilizados, contexto analisado, junto com os processos burocráticos, pelo Curso.

Introdução

O projeto de extensão Curso de Gestão Urbana e Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas (Gestão Local e Políticas Públicas), desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas, Democracia e Estudos Urbanos” surge de modo a dar continuidade nos processos de debate acerca da “Gestão Local e Políticas Públicas”, através do diálogo com diferentes agentes sociais, a fim de promover o entendimento sobre a aprendizagem do processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas locais.

O objetivo geral do curso é de construir uma compreensão analítica, levando em conta perspectivas e aspectos variados, sobre a gestão e a vida das cidades, incorporando as dimensões e as dinâmicas políticas, sociais e urbanas, com o intuito de construir parâmetros que possibilitem o desenvolvimento de um processo de entendimento das características, padrões e especificidades dos 32 municípios que integram a Associação dos Municípios da Região do Alto Uruguai (AMAU), onde está situado o Campus Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Desse modo, buscando favorecer o processo de elaboração de políticas públicas no nível local, incorporando análises da gestão pública local e a sua relação com as políticas públicas, estabelecer um processo de formação continuada do corpo técnicos dos municípios que integram a AMAU e demais interessados.

O projeto é composto por quatro módulos de atividades, oferecendo quarenta vagas a cada módulo, ocupadas pela comunidade acadêmica e comunidade externa. Cada módulo discute uma temática específica sob o eixo das políticas públicas setoriais, buscando contribuir e auxiliar no processo de elaboração de políticas públicas no nível local, com as suas inter-relações com o governo federal. Ao final dos módulos será aplicado um questionário, com intuito de avaliar o processo de discussão do projeto de extensão.

Fundamentação Teórica

A necessidade de incorporar esse tipo de debate em esferas mais locais surge a partir da Constituição de 1988, quando as instituições políticas, especialmente em esferas locais, passam por diversas modificações ocorridas pela elevação do poder político e capacidade tributária dos municípios e pelo processo de consolidação da democracia, em grande parte vinculado à tendência de inserir as comunidades locais no sistema decisório acerca de políticas públicas. Assim, as demandas municipais foram, pelo menos em

parte, contempladas na Constituição, deflagrando um processo de municipalização. (Souza, 2005: 108).

Na década de 1990 o país passou um novo processo de municipalização quando o governo federal tornou-se o principal indutor ao desenvolvimento de novas políticas com foco direcionado aos municípios. Políticas que colocaram os governos locais na posição de serem os principais responsáveis, por exemplo, pelo atendimento universal de saúde e educação fundamental. (Souza, 2005: 108).

Na década de 1990 também houve a institucionalização da participação da sociedade civil, em grande parte voltada para os processos de formulação de políticas públicas locais, ainda que de maneira desigual entre os municípios brasileiros (Milani, 2006).

A partir disso ocorreu a difusão das práticas participativas, buscando ampliar o processo de produção de decisões (Wampler, 2005), fazendo com que se desenvolvam entidades, instituições e sistemas que promovem a participação.

Esse conjunto de órgãos e entidades estabelece, desde a década de 1990, uma nova relação entre a gestão pública e a elaboração das políticas públicas. Vários deles, principalmente os conselhos, tiveram a sua constituição como pré-requisito para o repasse de recursos federais para estados e municípios (Tatagiba, 2002). Eles também passaram a ter um papel central na descentralização das políticas sociais.

A definição e implementação de políticas públicas, muitas vezes, é realizada sem a participação e acompanhamento de organizações da sociedade civil. O estabelecimento de instituições participativas significa uma espécie de rompimento com essas práticas, propiciando maneiras mais adequadas de combater as desigualdades sociais e políticas, por abrirem a possibilidade de que cidadãos deliberem e operem na distribuição de recursos, demandando mais transparência nos processos e responsabilizando as autoridades governamentais (Wampler, 2005).

A implementação de políticas públicas exige quatro elementos, o desempenho e planejamento das políticas públicas, o tipo de regulação das decisões, elaboração e implementação, o processo decisório e os objetivos as políticas públicas.

De toda forma a política pública tem como papel a solução de problemas, ao mesmo tempo, ganha destaque o embate em torno de ideias e interesses, levando em conta, também, o papel dos governos enquanto indutores das políticas públicas. O processo de formulação das políticas públicas, assim, está ligado à conversão, pelos governos, de intenções em programas e ações. Há, portanto, um processo complexo de definição das políticas públicas, envolvendo o papel do governo, os grupos de interesse e grupos sociais organizados e mobilizados.

Diante deste cenário nacional, novas formas de se empreender a discussão sobre o planejamento urbano foram instauradas. Baseadas na busca da mobilização social e preconizando a dimensão participativa, a população

passou a ser um ator fundamental para a legitimação dos instrumentos para a gestão da cidade.

Logo torna-se papel fundamental da gestão pública, discutir o processo de elaboração das políticas públicas, redirecionando as práticas existentes anteriormente para um novo modelo planejamento, muito mais democrático.

Assim, para tornar viável e efetiva a participação, fez-se necessário o uso articulado de instrumentos de gestão democrática que descentralizassem as decisões sobre a condução da cidade em todas as fases de elaboração, implementação e monitoramento.

Considerando tais perspectivas, é possível entender que a governança local no Brasil tem como características um processo de mudanças e transformações no campo institucional e um modelo complexificado de relações entre os governos federal e local, incluindo o processo de elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas e o próprio sistema de controle e financiamento (Souza, 2004).

Metodologia

O Curso, realizado em quatro módulos de 20 horas cada um, tem quatro temas diferentes. As inscrições poderão ser realizadas em cada um dos módulos, de forma isolada, ou no Curso inteiro (totalizando 80 horas). Cada módulo terá 14 horas de atividades presenciais, realizadas em dois sábados, e seis horas não-presenciais (destinadas às leituras e produção do material de avaliação).

O primeiro módulo tem como tema a avaliação de instituições participativas enquanto política pública: parâmetros e resultados. O segundo módulo aborda Regras e procedimentos democráticos de participação do cidadão: análise das políticas públicas voltadas ao meio urbano. O terceiro módulo discute sobre O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e as ferramentas de análise do Plano de Ações Articuladas (PAR) desenvolvido pelos municípios. O quarto módulo estuda Experiências da Coleta Seletiva de Resíduos. Sendo que, cada um dos módulos será ministrado por um professor da UFFS.

O projeto será analisado de forma contínua pela Equipe de Elaboração e a comunidade envolvida redirecionando-as quando necessário. Os indicadores qualitativos serão obtidos a partir da avaliação geral de cada módulo e terá como parâmetro os seguintes aspectos: envolvimento/ engajamento dos participantes, qualidade do debate e participação dos atores sociais. Além disso, os participantes responderão um questionário de avaliação de cada módulo, para que possa haver uma análise do processo.

Paralelamente aos módulos serão realizadas atividades, associadas ao grupo de pesquisa *Públicas, Democracia e Estudos Urbanos*, com temáticas específicas promovendo a apresentação e discussão de assuntos relacionados ao foco de discussão que fazem parte do contexto de “Gestão Local e Políticas Públicas”.

Considerações finais

O interesse nessa temática sinaliza a preocupação da Universidade Federal da Fronteira Sul em discutir com a comunidade, o que tem sido notabilizado através da produção de diversas atividades de extensão. No âmbito do grupo de pesquisa, pode-se destacar no ano de 2011 o projeto de extensão “A Cidade em Debate: A UFFS Dialogando com Erechim” e em 2012 o projeto “Curso de Gestão Urbana e Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas”.

A promoção destas atividades busca fortalecer a presença da Universidade na realidade em que está inserida oportunizando discussão e ações, a partir de um processo de diálogos com a comunidade tendo como objetivo principal a aproximação da comunidade e ainda a criação parâmetros de avaliação das políticas participativas, objetivo que tem favorecido o desenvolvimento de novas problematizações teóricas entre os envolvidos.

Referências

MILANI, CarlosR. S. **Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política**. Sociologias, número 16.2006.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. In Sociologias. Ano 8. Número 36. 2006.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In DAGNINO, Evelina (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

WAMPLER, Brian. Expandindo accountability através e instituições participativas, ativistas e reformistas nas municipalidades brasileiras. In MLO, Marcus André, LUBAMBO, Catia e COELHO, Denílson Bandeira (orgs.). **Desenho Institucional e Participação Política – Experiências do Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESPE, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.